



1ª Conferência de Comunicação de Juiz de Fora: reflexões sobre sua organização e participação juvenil¹

Profa.Dra. Cláudia Regina Lahni²

Fernanda Coelho³

Raquel Lara Rezende⁴

Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora (MG)

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões sobre a organização da 1ª Conferência de Comunicação de Juiz de Fora (município de Minas Gerais) e sobre a participação, na mesma, de jovens do projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária. O seu desenvolvimento se dá a partir de pesquisa participante e aporte teórico sobre direito à comunicação e educomunicação, tendo como principais referências trabalhos de Paulo Freire e Mario Kaplún. Reflete-se sobre a conferência local enquanto instância preparatória para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Espera-se contribuir para o pensamento e ação em comunicação para a cidadania.

Palavras-chave

Direito à Comunicação; Comunicação Comunitária; Educomunicação; Identidades Culturais; Cidadania.

Introdução

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) foi realizada em Brasília, entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009; debateu e aprovou 672 propostas que indicam ações de políticas públicas e democratização da comunicação. O evento reuniu mais de 2.000 participantes entre delegados – representantes da sociedade civil, do empresariado e do governo – e observadores, que participaram de 15 Grupos de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Cláudia Regina Lahni é docente do PPGCOM-UFJF e professora de Comunicação Comunitária na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, é líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF-CNPq). Foi coordenadora do projeto de extensão em interface com a pesquisa Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária (financiado pela Fapemig). Organizou, em conjunto com Marta de Araújo Pinheiro, *Sociedade e comunicação: perspectivas contemporâneas*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2008; com Enilce Albergaria Rocha e outros, organizou *Culturas e diásporas africanas*, Juiz de Fora, UFJF, 2009. clahni@yahoo.com.br

³ Fernanda Coelho é mestranda no PPGCOM-UFJF – bolsista Fapemig. Formada em Comunicação pela UFJF, foi bolsista PIBIC-UFJF-CNPq (2006-2008). Trabalhou no programa de extensão UFJF: Território de Oportunidades e no Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária. fernandahauck@yahoo.com.br

⁴ Raquel Lara Rezende é mestranda no PPGCOM-UFJF. Formada em Comunicação pela UFV, foi bolsista Fapemig (2008-2010) do projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária. rlrezende@yahoo.com.br



Trabalho, os quais foram organizados em três eixos temáticos - Produção de conteúdo; Meios de distribuição; e Cidadania: direitos e deveres (FNDC, 24/12/2009). A Confecom, reivindicada especialmente por movimentos pela democratização da comunicação, foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Fórum Social Mundial, realizado em Belém (PA), em janeiro/2009. Em 17 de abril/2009, foi publicado o decreto presidencial convocando a Conferência. Para a sua preparação foram realizadas, por todo o país, audiências públicas, seminários, conferências municipais e estaduais, que envolveram mais de 60 mil pessoas (Fenaj, 18/12/2009).

Este trabalho⁵ apresenta uma reflexão sobre a organização da 1ª Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora – cidade com cerca de 600 mil habitantes, localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais – e sobre a participação de jovens do Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária, projeto de extensão em interface com a pesquisa, desenvolvido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Tal reflexão se referencia, especialmente, em Paulo Freire e em Mario Kaplún, considerando temas como educomunicação, direito à comunicação e cidadania. Trabalhamos também a partir de pesquisa participante⁶ (conforme definida por Peruzzo, 2003).

Em artigo em que menciona histórico, teóricas⁷ e procedimentos sobre a ciência participativa, Denise Cogo aponta que a apropriação da pesquisa participante por pesquisadoras da comunicação

pode contribuir para revelar uma relação indissociável entre midiático e comunicacional quando se trata de postular a democratização da comunicação nas sociedades contemporâneas como uma das agendas prioritárias em que se articulam ciências da comunicação e sociedade. (COGO, 2007, p. 157, 158)

A pesquisadora lembra dos legados da ciência participativa para a pesquisa em Comunicação, os quais vêm da Antropologia, da Educação e da Sociologia. Da Antropologia tem-se o conhecer para explicar; da Sociologia, o compreender para servir. Também da Sociologia tem-se “a dimensão explicitamente pedagógica na

⁵ Este trabalho conta, para sua realização e apresentação, com o apoio da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

⁶ As três autoras deste artigo trabalharam na organização e participaram da 1ª Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora e trabalharam no projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária.

⁷ A exemplo do que fazem Assumpção e Bocchini (2002), neste artigo optamos por alternar as formas femininas e masculinas, ao nos referirmos a grupos mistos. O objetivo é trabalhar com uma linguagem não-sexista.



construção de uma hegemonia ideológico-cultural das classes populares postulada pela visão gramsciana no que refere à relação entre intelectual e massas e a categoria de intelectual orgânico” (Cogo, 2007, p. 159). Quanto à Educação, são fundamentais os trabalhos de Paulo Freire, sobre a comunicação e o diálogo.

Direito à comunicação, cidadania e a Confecom

A comunicação é central na sociedade contemporânea. Além da configuração e reconfiguração de identidades a partir dos meios massivos em especial, tem-se nela uma atual praça pública, local de discussão de temas de interesse para cidadãos. Conforme Paiva (2005, p. 16), “a mídia responsabiliza-se hoje por todas as mediações sociais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares”.

Por sua vez, Alexandre Barbalho (2005, p.37) ressalta que “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação”. O autor avalia que

A mídia, ou a indústria cultural de forma mais ampla, dificilmente tornou-se objeto de políticas públicas. E hoje, nos raros casos em que o Estado interveio nesse setor, vem ocorrendo um processo de desregulamentação, privatização e monopolização. Dessa forma, a luta contra essa tendência, que vem se ampliando na trilha do neoliberalismo, é um dos campos privilegiados de atuação para os grupos minoritários. Afinal, não seria o monopólio midiático o latifúndio contra o qual os ‘sem-voz’ deveriam lutar? (BARBALHO, 2005, p. 37, 38)

No sentido da intervenção, inclusive a partir do Estado, Marc Raboy reflete sobre o impacto das mudanças no papel desempenhado pela mídia na democratização das sociedades. Nesse quadro, defende a regulação da mídia em prol do exercício do direito à comunicação. O autor retoma debates e documentos internacionais, moldados pela questão “como as crescentes capacidades de mídia do mundo podem ser canalizadas para apoiar a diversidade cultural e o discurso democrático?” (Raboy, 2005, p. 187). Conforme salienta, a democratização da mídia será baseada numa bem-sucedida realização de cinco tipos de intervenção, lideradas por cinco conjuntos de atores, que incluem análise da mídia por pesquisadores, alfabetização midiática por educadores, mídia alternativa, práticas progressistas na mídia dominante e intervenção política feita por ativistas quanto às políticas para as mídias. (Raboy, 2005, p. 194).

Murilo Cesar Ramos defende o direito à comunicação e o estabelecimento de políticas democráticas de comunicação. “A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é entender de que ela precisa ser vista como



passível de discussão e ação enquanto política pública essencial” (Ramos, 2005, p. 250, 251). O pesquisador destaca o papel da comunicação nas sociedades contemporâneas com, entre outras, a função “de conformadora do espaço público mas decisivo para o exercício da cidadania e conseqüente prática radical da democracia”. Em conformidade com tal importância, defende uma agenda de mobilização da sociedade por políticas democráticas de comunicação e a consecução de políticas públicas no mesmo sentido.

Certamente, foi em sintonia com esse (resumido) arcabouço teórico que militantes da democratização da comunicação trabalharam pela realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. A Confecom chegou a ser boicotada e criticada por segmentos do setor empresarial e seus veículos, capitaneados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), o que causou problemas para a sua organização. Para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), esses grupos “recusam-se a admitir que a democratização da comunicação insere-se no campo dos direitos humanos fundamentais e no direito da sociedade à informação de interesse público e com qualidade” (Fenaj, 18/12/2009).

A avaliação geral sobre a Confecom, contudo, foi bastante positiva. Em artigo a esse respeito, o jornalista Pedro Pomar comenta:

Como negar, diante do teor da imensa maioria das 672 propostas aprovadas, que a 1ª Confecom contrariou as expectativas iniciais pessimistas de um ponderável setor dos movimentos sociais, no qual este autor se incluía? A maior parte das principais propostas da ‘sociedade civil’ foi aprovada, o que constitui importante vitória simbólica (política, ideológica) e referência fundamental para os embates futuros. No entanto, foi precisamente a combatividade dos movimentos populares organizados, grupos e entidades comprometidos com transformações, que garantiu esse resultado. Todos, mesmo os mais cétricos, pautaram-se por Gramsci: ‘pessimismo da inteligência, otimismo da ação’.” (POMAR, 2010, p.3)

Entre as propostas aprovadas na 1ª Confecom, estão a criação de conselhos de comunicação nos âmbitos federal, estaduais e municipais, de caráter paritário, com pessoas eleitas, tendo como atribuições a regulação de conteúdos, política de concessões e outras. Também foi aprovado que, na renovação das outorgas, deve ser observado o respeito à diversidade e o tratamento dado à imagem da mulher, da população negra, indígena e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Foi aprovada reparação e anistia para as comunicadoras processadas e ou punidas por operarem rádios comunitárias sem outorga. No dia 21 de dezembro/2009, em seu programa semanal



Café com o Presidente, o presidente Lula disse que algumas das diretrizes aprovadas pela Confecom serão transformadas em projetos de lei (Lourenço, 2009).

Em entrevista, Rosane Bertotti, Secretária de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e representante da entidade na Coordenação Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), avaliou que

A Conferência Nacional de Comunicação marcou a democracia brasileira e a história da comunicação. Ela conseguiu colocar a democratização da comunicação na pauta, quando discutiu a comunicação não mais como uma política de alguns, e sim como uma política do Estado. [...] a Conferência demarcou a comunicação como um direito de todos e de todas. (Bertotti, 2010).

Pomar (2010, p. 2) também salienta que “as etapas preparatórias foram parte indissociável da conferência, moldando sua configuração e seu desfecho”. Conforme dados do FNDC, foram realizadas mais de 200 conferências municipais e estaduais em todas as unidades da Federação. Esse é o próximo ponto do presente artigo, a etapa preparatória que pudemos acompanhar presencialmente, a 1ª Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora.

A Conferência de Comunicação em Juiz de Fora

De acordo com Paulo Freire, consciência e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador. Entendemos a importância da comunicação e a necessidade de torná-la efetivamente democrática. Mesmo diante dos problemas da Conferência, que no âmbito dos municípios, muitas vezes, significou o não chamado e não comprometimento do poder público com o evento, avaliamos (antes de sua realização) a Conferência como um momento ímpar para o debate e a democratização da comunicação. Assim, buscou-se agir conforme aponta Freire, para quem “a verdadeira paciência, associada sempre à autêntica esperança, caracteriza a atitude dos que sabem que, para fazer o impossível, é preciso torná-lo possível. E a melhor maneira de tornar o impossível possível é realizar o possível de hoje” (FREIRE, 1978, p. 61).

Impulsionada pelo Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento (Núcleo da Marcha Mundial das Mulheres em Juiz de Fora), pelo PPGCOM e Casa de Cultura da UFJF, a direção da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora convocou a primeira reunião pró-Conferência Municipal de Comunicação da cidade. A reunião ocorreu no dia 12 de agosto/2009, com docentes, funcionários e estudantes do PPGCOM e da graduação em Comunicação da UFJF, representantes do



Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFJF), Maria Maria/Marcha Mundial das Mulheres, Apes-JF (Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora) e Diretório Acadêmico de Comunicação Wladimir Herzog, num total de 24 pessoas. Entre elas, estavam o vereador Flávio Cheker (PT) e o Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Juiz de Fora (governada pelo PSDB), Rodrigo Barbosa, que garantiu naquele momento a ação da Prefeitura conforme a determinação do grupo Pró-Conferência – o que de fato ocorreu⁸.

Na sequência, a Comissão Pró-Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora foi ampliada por representantes da CUT, do movimento negro, de rádios comunitárias e outras entidades do movimento social popular. No final do mês de agosto e durante todo o mês de setembro/2009, em frequentes reuniões no Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, representantes da prefeitura, dos movimentos sociais populares, da UFJF e de veículos de comunicação da cidade discutiam a estrutura, a formação dos grupos de trabalhos e outras questões relativas ao evento.

Assim, nos dias 25 e 26 de setembro/2009, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora. O evento contou com abertura na Câmara Municipal, no dia 25, e debates no Instituto Granbery (um colégio particular da cidade), no dia 26, totalizando 200 participantes credenciadas com crachás de votação e observação. Os movimentos sociais preencheram noventa vagas de delegadas. A Prefeitura e a UFJF contaram com quinze delegadas cada. O empresariado e a Câmara Municipal contaram com dez vagas cada um.

Na abertura na Câmara, além da solenidade com autoridades, contou-se com palestras do professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília, e de Josué Franco Lopes, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Já no dia 26, na primeira mesa, representantes dos movimentos estudantil, negro e sindical fizeram exposições sobre sua representação e sobre sua invisibilidade midiática. João César da Silva, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, afirmou que os valores do individualismo e da competitividade contaminam conteúdos e programações e a ação

⁸ Vale lembrar que a 1ª Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora, coordenada pelo Secretário de Comunicação da cidade, aprovou moção de repúdio ao prefeito Custódio Mattos e ao governador do estado de Aécio Neves (PSDB). No caso do primeiro, pela suspensão de programas sociais no município, como o JF nos Trilhos da Paz, que trabalhava com oficinas de rádio, hip-hop e outras para jovens da periferia. Quanto ao segundo, foi repudiado por criminalizar e bloquear os movimentos sociais na imprensa mineira.



coletiva é rebaixada. Os três representantes foram unânimes ao afirmar que a mídia ou os criminaliza ou não os representa com frequência.

A segunda mesa tratou da situação dos meios de comunicação em Juiz de Fora. Adenilde Petrina, militante do Sistema de Radiodifusão Comunitária do bairro Santa Cândida, lembrou a trajetória da Rádio Mega FM, uma rádio comunitária autêntica que não recebeu concessão e foi fechada. Cláudia Lahni, professora de Comunicação da UFJF, comentou sobre a importância que a comunicação adquire na atualidade e, nesse cenário, apontou o exercício do direito à informação e, principalmente, à comunicação como condição fundamental para o pleno exercício da cidadania.

Na parte da tarde do sábado, os participantes reuniram-se em dez Grupos de Trabalho: Políticas de Concessões; Rádios e TVs comunitárias; Mídia Alternativas; Educomunicação; Conselho Municipal de Comunicação; Mídia digitais e Inclusão digital; Representações dos segmentos historicamente oprimidos; Produção Regional de Comunicação; Comunicação Sindical; e Fim da Lei de Imprensa e do diploma profissional: isso é democratização da comunicação?.

Dentre as resoluções aprovadas, destacamos algumas: a criação de um novo marco regulatório; a reativação do Conselho de Comunicação Social e criação dos Conselhos Estaduais e Municipais, com função deliberativa e fiscalizadora; a descriminalização das rádios comunitárias com anistia para as pessoas processadas; a criação de um fundo público para o fomento das rádios comunitárias; a revisão do processo de concessões no país, que seja realizado de forma transparente e democrática, com controle social e que as outorgas e suas renovações sejam feitas por meio de contratos publicizados; a criação de um horário sindical, ao moldes do horário político, com a distribuição entre as centrais segundo a sua representatividade; e a criação de cotas nos conteúdos midiáticos para os segmentos historicamente discriminados. A seguir apresentaremos, de forma mais detalhada, as resoluções do Grupo de Trabalho sobre Educomunicação.

Grupo de Trabalho sobre Educomunicação: observações e resoluções

Coordenado por Fernanda Coelho, uma das autoras deste artigo, o GT de Educomunicação contou com a participação de cerca de 15 pessoas. Para dar início às discussões um texto foi apresentado.



O texto intitulado *Educomunicação: conceitos, práticas e propostas*, teve Mario Kaplún, Paulo Freire e Rossana Viana Gaia como referências. Nele, a educomunicação, a partir de Kaplún, é definida como a Leitura Crítica dos Meios. A partir de Freire, uma comparação entre educação e comunicação aponta que, assim como a primeira, a comunicação também tende a ser imposta e não construída em conjunto. Porém, o autor defende que ambas sejam construídas através do diálogo.

Para Rossana Viana Gaia (2001), a mídia-educação, ou educomunicação, tem como meta educar criticamente para a leitura dos meios de comunicação. A autora destaca a importância de propor um exercício em que alunas e professoras devem aprender a prolongar por toda a vida o desejo de manter-se informada, de aprender permanentemente, mas também de informar a outras, repassar informações e construir conhecimento. Segundo Gaia, a reflexão permanente sobre o que é veiculado na mídia pode servir também para definir uma nova relação entre leitoras, ouvintes, espectadoras, internautas e empresas jornalísticas.

O texto também apontou iniciativas de educomunicação no Brasil e em Juiz de Fora. Em âmbito nacional foram citados os seguintes projetos: Observatório da Imprensa: entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira; Observatório de Favelas: organização civil sem fins lucrativos que trabalha em prol de políticas para a periferia na cidade do Rio de Janeiro - dentre os projetos do Observatório está a Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC); Programa Ver TV: espaço para discussão do papel da televisão na sociedade brasileira, com a apresentação de Laurindo Leal Filho, jornalista e pesquisador da área de políticas de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP).

Em Juiz de Fora as iniciativas citadas foram: Jornal e Rádio no UFJF: Território de Oportunidades: destinado a jovens da periferia da cidade; ONG Permeiar: desenvolve um trabalho de promoção do patrimônio cultural através da democratização dos meios de comunicação; JF nos Trilhos da Paz: iniciativa que, através de várias oficinas, trabalhava cultura e paz; Comunicação para a Cidadania: Tecnologia, Identidade e Ação Comunitária: conjunto de oficinas, dentre as quais estão rádio e jornal, destinado a jovens de bairros periféricos de Juiz de Fora.

Essas iniciativas, conforme afirmação presente no texto, são de imensa importância para a cidadania das pessoas que se envolvem nesses programas e podem



experimentar ou potencializar o direito a comunicar-se efetivamente, recebendo e produzindo informações. Para fomentar a discussão, a primeira proposta, já apresentada no texto, foi que a educomunicação seja incorporada como disciplina obrigatória em todas as escolas do Brasil. Abaixo estão as demais resoluções aprovadas no GT de Educomunicação da 1ª Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora:

1. Educomunicação (leitura crítica dos meios) deve ser incorporada como disciplina ou e como conteúdo obrigatório em todas as escolas do Brasil. Devendo estimular a visita de alunos de todas as escolas aos meios de comunicação.
2. Criação de um curso de formação de educomunicação para a capacitação e humanização dos profissionais que trabalham com educação.
3. Criação de um observatório de imprensa, de caráter não-governamental, não-corporativo e não-partidário, com a participação da sociedade civil, para acompanhar junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia regional, de forma a colaborar concretamente para a reflexão e a crítica sobre a relação comunicação e sociedade, em diálogo com os diversos atores sociais envolvidos.
4. Criação pelo poder público de um centro de história da mídia local para fins educativos, em todos os municípios que tenham meios de comunicação.
5. Estímulo ao uso das tecnologias digitais no ambiente escolar, de maneira crítica, criativa, humanista e integrada à comunidade, com conteúdo a ser disponibilizado na internet a partir da realidade de cada escola, assegurando-se pelo Poder Público a oferta de recursos tecnológicos de forma universal.

A presença dos jovens na Conferência

A importância da educomunicação para um processo educativo pleno na sociedade contemporânea ainda é uma discussão pouco presente e acessada pela sociedade civil. Por esse motivo, muitas vezes os debates em torno da educomunicação são, para muitos, ainda abstratos. O momento da conferência municipal, em Juiz de Fora, possibilitou aos presentes uma maior aproximação não apenas com a discussão em torno do tema, mas com a materialização dessa prática, a partir da presença e participação de três jovens que integravam, na ocasião, o projeto Comunicação para a



Cidadania. Os três levaram para a Conferência o irmão de um deles e o professor de Filosofia que se encontrava no ônibus e foi persuadido a ir.

A participação das três jovens foi marcada por uma crescente atenção por parte delas com relação às discussões pautadas, o que as mobilizou a se posicionarem frente às questões que lhes eram pouco recorrentes, até então. Esses posicionamentos fizeram-se visíveis na Conferência e, principalmente, em suas vidas e repertórios. Uma das jovens, em especial, apresentou mudanças sensíveis em sua postura no projeto, se colocando nas oficinas com muito mais interesse e produzindo de forma mais atenta e reflexiva. Na última reunião com as famílias, a mãe da jovem nos contou o quanto sua filha estava diferente, mais responsável, envolvida em atividades no colégio.

A resposta dessa jovem, ao se despertar para questões referentes à configuração social e cultural em que está inserida, sublinha a urgência de repensarmos as formas e os espaços de inserção social na juventude. Como muitas vezes levantado pelas adolescentes do projeto, geralmente, a juventude é abordada de forma estigmatizada, na mídia e na sociedade; as jovens são abordadas como irresponsáveis, interessadas apenas em bebida, drogas e sexo. Os conteúdos destinados a esse público tratam de fofocas, dietas, sexo e horóscopo.

A juventude constitui uma fase em que a pessoa precisa se inserir na sociedade e se sentir parte dela, para poder vislumbrar que papel irá escolher desempenhar. No entanto, essas estigmatizações se colocam à frente da imagem que a jovem vê de si, como quando se olha no espelho. São traços, a priori, simplistas e simplificadores que omitem as inúmeras outras possibilidades de identificação e localização no mundo. As jovens que participaram da Conferência tiveram mais uma oportunidade de construção conjunta de outro espelho. Nele, puderam vislumbrar a possibilidade de participação em discussões de extrema importância para a formação de uma política comunicacional brasileira. Puderam vislumbrar as suas vozes em diálogos que diziam respeito à sociedade em que vivem e se sentiram parte da mesma, enquanto agentes potenciais de transformação. Puderam expressar suas idéias, pensamentos, preocupações e se inseriram, assim, realmente como cidadãs que são.

Como nos lembra Alexandre Barbalho (2007), em seu artigo *A criação está no ar*, as jovens articulam movimentos e, assim como outros grupos (feministas, homossexuais, ambientais e étnicos), se colocam na luta pela igualdade social e, como agentes, atuam não apenas na conquista de políticas públicas, mas também na



transformação da própria sociedade e de suas visadas de mundo. Essas articulações precisam ser estimuladas e apoiadas e a participação das jovens nas instâncias de tomada de decisão precisa ser garantida, se almejamos o fortalecimento de uma sociedade civil preocupada com seus contextos sociais, culturais, econômicos, ambientais e humanos.

Essa presença criadora da juventude se traduz no olhar e na audição que partem de um contexto único e que projetam leituras particulares, tão importantes para a construção de significados no mundo compartilhado. Os sujeitos, ao se colocarem e se perceberem como agentes sociais na juventude, penetram na sociedade com uma perspectiva muito mais crítica e solidária, atuando enquanto profissionais, consumidores⁹ e cidadãos mais humanizados.

Peruzzo (2009) nos faz observar que o status de cidadania se modifica pois é construída ao longo da história. Isso porque a cidadania é histórica e, deseja-se, avança, e dessa forma os direitos são aperfeiçoados e ampliados. No entanto, como ressalta a autora, esse avanço depende do grau de organização e do potencial mobilizador da sociedade civil para forçar sua legitimação e consecução por parte do poder do Estado, do poder Legislativo e do capital.

A história mundial da cidadania demonstra que seus saltos qualitativos só ocorrem mediante pressão coletiva. Nenhum poder, seja ele do capital, do legislador ou do executivo governamental, concede avanços de benefícios aos pobres ou desprovidos da possibilidade de desfrutar de condições adequadas para realização plena dos direitos humanos se não houver demonstração inequívoca de sua capacidade de articulação, consciência e resistência política. (PERUZZO, 2009, p. 54)

No espaço das oficinas¹⁰, trabalhamos com os jovens do projeto propondo discussões em torno da importância da Conferência, de sua organização e realização. Entre outras ações, na oficina de vídeo, os jovens discutiram a Conferência e escreveram uma carta propondo questões a serem debatidas. “A diversidade, por que todas as emissoras transmitem a mesma coisa”; “programas inadequados para os horários”; “muitas crianças assistem TV”; foram alguns dos pontos redigidos. Essa carta

⁹ Falamos de consumidores, partindo da perspectiva de Nestor Garcia Caclini (1999) que trata o consumo não como ação impensada e ingênua, mas como atividade que pode e deve se dar como exercício de cidadania.

¹⁰ No projeto Comunicação para a Cidadania, em 2009, os 31 jovens participantes freqüentaram sete oficinas (rádio, jornal impresso, TV, fotografia, novas tecnologias, cinema e cultura política), cada uma com duração média de três meses.



foi lida na Pré-Conferência de Comunicação da UFJF¹¹. Ao pensarem as expectativas para o encontro, escreveram que “uma conferência nacional de comunicação é importante para contribuir para que os meios de comunicação representem nossa verdadeira identidade cultural e cumpram seu papel previsto em lei, de trazer informação e educação para o público”.

Ao longo da Conferência tivemos o cuidado de estar atentas às jovens, no sentido de aproximá-las ainda mais das discussões, esclarecendo certos termos presentes nas falas das palestrantes e debatedoras e trazendo mais informações e contextualizações dos temas abordados.

Depois da Conferência, duas das jovens escreveram um texto para o fanzine, produzido durante a oficina de jornal impresso. No texto, as jovens trataram dos temas discutidos na Conferência e das questões levantadas nos grupos de discussão que acompanharam. No blog de uma das turmas¹², as jovens também trataram da Conferência.

Como nos diz Gabriel Kaplún, para alcançarmos possíveis mudanças, inclusive para pensá-las, uma operação útil, necessária, é desmistificar. Historicizar outra vez as palavras, politizá-las de novo.

O mito é um roubo de linguagem que facilita um abuso ideológico. O interesse de alguns se transforma em interesse de todos, ou simplesmente “o que interessa”. O gosto de alguns se transforma no bom gosto, ou, simplesmente, no gosto. O desenvolvimento de alguns se transforma, simplesmente, em desenvolvimento. Tautologicamente, cada coisa define-se por si mesma: a ciência é a ciência, o desenvolvimento é o desenvolvimento e a pobreza é a pobreza. E o que é sempre foi. E sempre será. Não pode mudar: não está na natureza das coisas. (KAPLÚN, 2007, p. 169)

Quando falamos de uma sociedade cada vez mais marcada pela presença da mídia, esse exercício de desmistificação é imprescindível para que seja possível se pensar essa sociedade e os rumos nela e por ela desenhados. Pensar a sociedade contemporânea implica pensarmos os meios de atuação e intervenção na mesma. Implica pensarmos como a pessoa contemporânea se coloca nessa sociedade e que meios lhes são disponíveis. A conferência, nesse sentido, constitui espaço privilegiado nesse movimento, uma vez que mobiliza a sociedade civil a não apenas pensar certas

¹¹ A Pré-Conferência de Comunicação da UFJF foi realizada no dia 24 de setembro/2009. A carta das adolescentes foi lida pela professora Cláudia Lahni, uma das expositoras no evento. Três adolescentes participaram ativamente da Pré-Conferência.

¹² As 31 jovens se dividiam em duas turmas, A e B.



práticas, mas propor e exigir mudanças. No caso da comunicação, a Conferência se constituiu um momento do exercício do direito à comunicação e um espaço de sua construção, pensando-se em políticas públicas para o município (e para o país).

A educomunicação também constitui espaço de exercício de desmistificação, questionamento, reflexão e produção. E uma vez incorporado nos processos educativos formais, a educomunicação pode estimular esses exercícios e torná-los presentes no cotidiano e no cerne da vida social, fortalecendo assim a atuação da sociedade civil e a constituição da esfera pública contemporânea.

Enquanto profissionais da Comunicação é dever nosso pensar a cidadania e meios que garantam a sua efetiva atividade. Se entendemos os meios de comunicação enquanto espaço constituinte da esfera pública e potencial lugar de negociação, percebemos então a mídia como instância legítima de intervenção social, política, cultural e educativa. No entanto sabemos que ainda se tem muito o que avançar nessa discussão e na efetivação de ações que aproximem os meios de comunicação da ação social e de sua transformação por todos cidadãos.

Considerações finais

Como Mario Kaplún (1998), defendemos o acesso aos meios de comunicação para que a participação se torne uma realidade, na qual os indivíduos possam ser protagonistas do processo e não meramente espectadores. Como Peruzzo (2009), almejamos o avanço da compreensão da cidadania e sua ampliação como exercício e prática na sociedade civil. Como Canclini (1999) também almejamos o fortalecimento dessa sociedade civil e dos espaços de intervenção e prática social e cultural. Almejamos transformações nas práticas comunicativas, educativas e culturais e a alteridade como base em seus processos.

Essas conduções estiveram presentes na Conferência e envolveram, talvez pela primeira vez em Juiz de Fora, professores, estudantes, jornalistas, jovens, representantes dos movimentos sociais populares, do poder público e outras pessoas. Essa possibilidade se mostra enriquecedora para o pensamento comunicacional, para o alcance de políticas públicas em comunicação e para a inserção dos cidadãos nessas discussões que precisam ser apropriadas por todos. Para uma primeira conferência municipal, acreditamos que os debates envolveram um número significativo de cidadãos e constituíram os primeiros passos para uma atuação mais presente frente ao poder



público municipal, no que diz respeito ao desejo de posicionamentos mais firmes do mesmo quanto à viabilização dessas políticas públicas.

Nesse sentido, também, a presença e o envolvimento das jovens na Conferência deixou claro, principalmente para as envolvidas com o projeto Comunicação para a Cidadania, a importância da educomunicação para o estímulo à participação das jovens nas instâncias e processos decisórios presentes na esfera pública. E o quanto essa participação é imprescindível para a inserção do sujeito na sociedade e para a compreensão de seu papel na mesma. A partir da inserção da pessoa na sociedade de forma ampla e politizada, o processo identitário também ganha densidade e reflexão, uma vez que num processo dialético, a cidadã pensa a sociedade, se pensa inserida na mesma e potencializa a sua presença, complexificando seu estar no mundo.

Referências

ASSUMPCÃO, Maria Elena Ortiz e BOCCHINI, Maria Otilia. **Para escrever bem**. São Paulo: Manole, 2002.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, p.27-39.

BARBALHO, A. **A criação está no ar: Juventude, Mídia e Cidadania**. Anais do XXX Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos: Intercom, 2007.

BERTOTTI, Rosane. Conferência marcou democracia brasileira. Entrevista à Candice Cresqui. In: FNDC. **E-Fórum**. Boletim semanal de divulgação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. E-Fórum, 288 – Democracia avançou com a Conferência, 12/02/2010, envio.eforum@fndc.org.br – <http://www.fndc.org.br>

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

COGO, Denise. Repensando a Ciência Participativa na Pesquisa em Comunicação. In: PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.149-166.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). **1ª CONFECOM foi espaço de definições sobre políticas de comunicação no Brasil**. FENAJ, 18/12/2009. In: Clipping FNDC. Seleção de textos coletada da pesquisa diária do Epcom - Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação – 21/12/2009 - envio.clipping@fndc.org.br

FNDC. Confecom: construção coletiva de políticas públicas marca 2009. In: FNDC. **E-Fórum**. Boletim semanal de divulgação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. E-Fórum, 283 – Confecom: Construção coletiva de políticas públicas marca 2009, 25/12/2009, envio.eforum@fndc.org.br – <http://www.fndc.org.br>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



_____. **Ação cultural para a liberdade – e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1978.

GAIA, Rossana Viana. **Educomunicação e Mídias.** Maceió: EDUFAL, 2001.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación.** Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

KAPLÚN, Gabriel. Entre mitos e desejos: desconstruir e reconstruir o desenvolvimento, a sociedade civil e a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 167-190.

LOURENÇO, Luana. Resultados da Conferência de Comunicação serão transformados em lei, diz Lula. In: **Agência Brasil**, 21/12/2009. In: Clipping FNDC. Seleção de textos coletada da pesquisa diária do Epcom - Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação – 21/12/2009 - envio.clipping@fndc.org.br

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005, p.15-26.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos.** Belo Horizonte: trabalho apresentado no III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, Intercom, 2003.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. In: MENDONÇA, Maria Luisa Martins de (org). **Mídia e diversidade cultural: experiências e reflexões.** Brasília: Casa das Musas, 2009.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Camaradas, eu vi! In: **Página 13**, edição eletrônica, n. 6, 1º/02/2010 (versão revisada em 03/02/2010).

RABOY, Marc. Mídia e democratização na sociedade da informação. In: MARQUES DE MELO, J. e SATHLER, L. (orgs). **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 181-201.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J. e SATHLER, L. (orgs). **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 245-253.

SCHRODER, Celso Augusto. Confecom: o fato e o relato. In: FNDC. **E-Fórum.** Boletim semanal de divulgação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. E-Fórum, 284 – Confecom: O fato e o relato, 09/01/2010, envio.eforum@fndc.org.br – <http://www.fndc.org.br>

Internet:

<http://www.ptjf.org/?p=256>. Acesso em 07 de junho de 2010.